



## **Tema 04: Dimensão Sócio-Política-Ecológica (Processo de participação-conscientização. “Qual a minha relação com a sociedade?”).**

**Titulo 01 e 02: Direito a vida – orientações e pistas de ação.**

Nei Márcio Oliveira de Sá

(Profs. Ms. Teologia Pastoral – PUC-SP)

### **O DIREITO À VIDA – ORIENTAÇÕES E PISTAS DE AÇÃO**

Em diversos pronunciamentos do Magistério da Igreja, os jovens são lembrados como merecedores de “cuidado particular”, considerando-se sua quantidade e, sobretudo, pelos imensos potenciais que podem oferecer à própria Igreja e sociedade. Sendo a juventude a fase da vida de maior energia, criatividade, generosidade e idealismo, a Igreja, em suas várias instâncias e organizações, olha os jovens como “seu presente e futuro” e chama a atenção para suas vulnerabilidades.

O texto-base da Campanha da Fraternidade 2013, cujo tema foi “Fraternidade e Juventude”, já apontava este olhar de cuidado e protagonismo, a partir de um dos objetivos: “*sensibilizar os jovens para serem agentes transformadores da sociedade, protagonistas da civilização do amor e do bem comum*”. Além de apostar neste segmento tão relevante, relembra que a juventude faz parte de uma sociedade que sofre diretamente os impactos de uma *mudança de época*, sobretudo na fragilização dos laços comunitários e familiares, submetendo-a ainda mais às influências da cultura midiática, numa inevitável crise de sentido atordoa as pessoas e atinge seus critérios de julgamento e os valores mais profundos, permeados por uma organização econômica neoliberal, competitiva e individualista.

O Papa Francisco, na *Evangelii Gaudium*, também assinala preocupações com uma grande parte da humanidade que vive precariamente, sem terem direitos básicos respeitados: proliferam as doenças, a falta de respeito, a violência, a desigualdade social crescente, uma vida com pouca dignidade. Grandes massas da população veem-se excluídas e marginalizadas: sem trabalho, sem perspectivas e num beco sem saída. O ser humano é considerado, em si mesmo, como um bem de consumo que se pode usar e lançar fora. É a situação de milhões de jovens, em todo o mundo.

Acusam-se de violência os pobres e as populações mais pobres, mas, sem igualdade de oportunidades, as várias formas de agressão e de guerra, encontrarão um terreno fértil que, mais cedo ou mais tarde, há de provocar uma explosão. Quando a sociedade – local, nacional ou mundial – abandona na periferia uma parte de si mesma,



não há programas políticos nem forças da ordem ou serviços que possam garantir indefinidamente a tranquilidade. Há uma reação violenta dos que são excluídos do sistema.

Aos lermos a Sagrada Escritura, fica claro que a proposta do Evangelho não consiste só numa relação pessoal com Deus. E a nossa resposta de amor também não deve ser entendida como uma mera soma de gestos pessoais a favor de alguns indivíduos. A proposta é o *Reino de Deus* (cf. Lc 4,43); trata-se de amar a Deus, que reina no mundo. Na medida em que Ele conseguir reinar entre nós, a vida social será um espaço de fraternidade, de justiça, de paz, de dignidade para todos. Por isso, tanto o anúncio como a experiência cristã tendem a provocar consequências sociais. O projeto de Jesus é instaurar o Reino de seu Pai; por isso convoca os discípulos e ele próprio vem aliviar as asperezas da vida de seu povo: curando, ressuscitando, devolvendo dignidade, profetizando e acolhendo aqueles que eram massacrados pela sociedade da época.

Embora a “justa ordem da sociedade e do Estado seja dever central da política”, a Igreja “não pode nem deve ficar à margem na luta pela justiça”. (Bento XVI, *Deus caritas est*, n. 28). Todos os cristãos, incluindo os Pastores, são chamados a preocupar-se com a construção de um mundo melhor. O pensamento social da Igreja é primariamente positivo e construtivo, orienta uma ação transformadora e, neste sentido, não deixa de ser um sinal de esperança que brota do coração amoroso de Jesus Cristo. Sendo assim, a Igreja colabora para a resolução das causas estruturais da pobreza e promove o desenvolvimento integral dos pobres, como os gestos mais simples e diários de solidariedade para com as misérias muito concretas que encontramos.

A solidariedade reconhece que a função social da propriedade e o destino universal dos bens como anteriores à propriedade privada. Os bispos brasileiros, no documento que trata da *Superação da Fome e da Miséria*, assinalam: “*Desejamos assumir, a cada dia, as alegrias e as esperanças, as angústias e tristezas do povo brasileiro, especialmente das populações das periferias urbanas e das zonas rurais – sem-terra, sem teto, sem pão, sem saúde – lesadas em seus direitos. Vendo a sua miséria, ouvindo os seus clamores e conhecendo o seu sofrimento, escandaliza-nos saber que existe alimento suficiente para todos e que a fome se deve à má repartição dos bens e da renda. O problema se agrava com a prática generalizada do desperdício*”. (CNBB. *Exigências evangélicas e éticas da superação da miséria e da fome*. Abril de 2002).

Para a Igreja, a opção pelos pobres é mais uma categoria teológica que cultural, sociológica, política ou filosófica. Deus “manifesta a sua misericórdia antes de mais” a eles. (São João Paulo II. *Homilia durante a Santa Missa pela evangelização dos povos*. Santo Domingo, 11 de outubro de 1984). Esta preferência divina tem consequências na vida de fé de todos os cristãos, chamados a terem “os mesmos sentimentos que estão em



Cristo Jesus” (Fl 2,5). A opção pelos pobres, conforme ensinava o Papa Bento XVI, “está implícita na fé cristológica naquele Deus que Se fez pobre por nós, para enriquecer-nos com sua pobreza”. (*Discurso na Sessão inaugural da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe – Conferência de Aparecida*, 10 de maio de 2007).

Para a superação dos problemas gerados pelas exclusões sociais, não podemos mais confiar nas forças cegas e na mão invisível do mercado. O crescimento equitativo exige algo mais do que o crescimento econômico, embora o pressuponha: requer decisões, programas, mecanismos e processos especificamente orientados para uma melhor distribuição de renda, para a criação de oportunidades de trabalho, para uma promoção integral dos pobres que supere o mero assistencialismo. A economia não pode mais recorrer a remédios que são um novo veneno, como se quando se pretende aumentar a rentabilidade reduzindo o mercado de trabalho e criando, assim, novos excluídos.

Voltar o olhar para a juventude é falar de sonhos, igualdades, desigualdades, novidades, comportamentos e das várias demandas que este seguimento nos vem colocando em pauta. Neste sentido o contexto, social, político, religioso e cultural devem nos remeter aos lugares vitais de participação da juventude, com suas particularidades e especificidades, instrumento importante para a reflexão que segue. Alguns dados em termos populacionais, apresentados pelo Conselho Nacional da Juventude serão apresentados aqui. Para efeito de políticas públicas, pessoas consideradas “jovens” são aquelas que possuem idades que variam de 15 a 29 anos. A Organização das Nações Unidas, considera juventude o tempo vivido entre 14 e 25 anos. Note que cada país tem uma faixa etária que representa a juventude. Segundo a antropóloga Regina Novaes:

*“A noção mais geral e usual do termo juventude se refere a uma faixa de idade, um período de vida, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo e ocorre uma série de transformações psicológicas e sociais, quando este abandona a infância para processar sua entrada no mundo adulto. No entanto, a noção de juventude é socialmente variável. A definição do tempo de duração, dos conteúdos e significados sociais destes processos se modifica de sociedade para sociedade e, na mesma sociedade, ao longo do tempo e através de suas divisões internas. Além disso, é somente em algumas formações sociais que a juventude configura-se como um*



*período destacado, ou seja, aparece como uma categoria de visibilidade social”.*

Conforme o Censo 2010 – IBGE, há 51,3 milhões de jovens no Brasil, o que corresponde a 26,1% da população total. No total de jovens, 20% possuem idades de 15 a 17 anos – são os chamados “jovens-adolescentes”; 47% são jovens de 18 a 24 anos – são os “jovens-jovens” e os 33% restantes são os “jovens-adultos”, de 25 a 29 anos. Para cada segmento de juventude devem haver políticas públicas e ações afirmativas específicas. A proporção de gênero é praticamente igual, com pouquíssima maioria do sexo feminino.

Se considerarmos a cor ou raça, 45% dos jovens são pardos, 35% são brancos, 15% negros, 2% amarelos, 2% indígenas e 1% outros. A região Sul do Brasil tem a maior quantidade de jovens brancos. As outras 4 outras regiões geográficas possuem maioria parda. A região com maior percentual de jovens negros é o Nordeste, com cerca de 19%.

A imensa maioria dos jovens brasileiros mora no meio urbano: totalizam 85%. Ainda temos, no Brasil, muitas situações de deslocamento por motivo de busca de escolarização e trabalho. Mesmo que se considerem os avanços nas políticas públicas para a juventude na última década, ainda há um grande déficit de instituições de ensino superior, obrigando milhões de jovens, a cada ano, a abandonarem suas famílias, buscando maior qualificação.

O sonho do ingresso à universidade é realizado por apenas 13% dos jovens brasileiros, que possuem Ensino Superior e pós-graduação. Consideráveis 38% possuem Ensino Médio completo, 21% possuem Ensino Médio incompleto, 11% conseguiram terminar o Ensino Fundamental e 16% não conseguiram concluir o Ensino Fundamental. Segundo dados do IPEA de 2009, existem cerca de 1,5 milhão de jovens analfabetos no Brasil. Portanto, a Educação Básica continua sendo um grande problema da sociedade brasileira!

Se relacionarmos escolaridade com raça/cor, veremos que são os jovens brancos e amarelos os que conseguem chegar ao Ensino Superior. No outro extremo, os jovens que não concluíram o Ensino Fundamental são, em sua maioria, negros e pardos, especialmente das regiões Norte e Nordeste. A falta de escolarização, portanto, possui cor e local.

Quando falamos do mercado de trabalho, 53% dos jovens faz algum trabalho remunerado, sendo que a maioria dos que trabalham cumprem jornadas de mais de 46 horas semanais. Entre os que não trabalham atualmente, a maioria já trabalhou em algum momento e está procurando reinserção no mercado. A maioria dos desempregados do Brasil é jovem. Sem perspectivas animadoras, uma parcela dos



jovens recorre a outras saídas como a violência, a dependência das drogas, o crime, o suicídio e a migração para o exterior.

Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) baseados na Pnad 2012 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e divulgados em 2013 mostram que o número de jovens de 15 a 29 anos que não estudam nem trabalham é estimada em 9,6 milhões no país, isto é, praticamente uma em cada cinco pessoas da respectiva faixa etária. O número - que representa 19,6% da população de 15 a 29 anos - é maior do que a população do Estado de Pernambuco, que, de acordo com o Censo 2010, era de 8,7 milhões de pessoas. Na comparação com 2002, quando 20,2% dos jovens nessa faixa etária não estudavam e não trabalhavam, houve leve redução: 0,6 ponto percentual. Esta quantidade assombrosa torna os jovens alvos fáceis do narcotráfico, da prostituição e de outras atividades ilícitas e perigosas.

Aprofundando a análise socioeconômica dos jovens, os estratos de renda mensal domiciliar baixa é formada por 29% dos jovens, sendo que 16% são considerados vulneráveis economicamente. 60% estão num patamar médio e 11% estão em patamares mais altos. A população jovem com renda menor encontra-se na Região Nordeste do Brasil e os jovens com maiores rendimentos estão na Região Sudeste, seguidos de perto pelos que moram na Região Sul.

Se relacionarmos renda mensal com raça/cor, constataremos que os maiores eixos de pobreza no meio juvenil encontram-se nos jovens negros. Os jovens com maior rendimento financeiro mensal são os amarelos, seguidos de perto pelos jovens brancos. Dos jovens mais pobres e vulneráveis socialmente, a maioria é do gênero feminino, com percentuais distribuídos uniformemente, entre aquelas de 15 a 17 anos, 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos. Os jovens com maiores rendimentos são do gênero masculino, de 25 a 29 anos. Estes dados permitem observar que, diante da ocorrência da gravidez precoce, esta dificulta às jovens a permanência no mercado de trabalho e nos ambientes escolares. Conseqüentemente, a renda mensal mais baixa se encontra nas jovens que não conseguiram concluir o Ensino Fundamental.

A pesquisa da Agenda Juventude Brasil 2013, elaborada pela Secretaria Nacional da Juventude, aponta uma crescente mobilidade social dos jovens: 44% conseguiu ascender socialmente em relação à geração dos seus pais. Apesar disso, 56% não teve mobilidade, sendo um desafio a ser enfrentado com políticas sociais e ações afirmativas.

A violência contra os jovens brasileiros aumentou nas últimas três décadas de acordo com o Mapa da Violência 2013: Homicídio e Juventude no Brasil, publicado pelo Centro de Estudos Latino-Americanos (Cebela), com dados do Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde. Entre 1980 e 2011, as



mortes não naturais e violentas de jovens – como acidentes, homicídios ou suicídios – cresceram 207,9%. Se forem considerados só os homicídios, o aumento chega a 326,1%. Do total de 46.920 mortes na faixa etária de 14 a 25 anos, em 2011, 63,4% tiveram causas violentas (acidentes de trânsito, homicídio ou suicídio). Na década de 1980, o percentual era 30,2%.

O homicídio é a principal causa de mortes não naturais e violentas entre os jovens. A cada 100 mil jovens, 53,4 assassinados, em 2011. Os crimes foram praticados contra pessoas entre 14 e 25 anos. Os acidentes com algum tipo de meio de transporte, como carros ou motos, foram responsáveis por 27,7 mortes no mesmo ano. Em 2013, 56.337 pessoas foram assassinadas no Brasil, destes, 30.072 jovens entre 15 e 29 anos, 91,6% do sexo masculino e a grande maioria, negra.

Segundo o mapa, o aumento da violência entre pessoas dessa faixa etária demonstra a omissão da sociedade e do Poder Público em relação aos jovens, especialmente os que moram nos chamados polos de concentração de mortes, no interior de estados mais desenvolvidos; em zonas periféricas, de fronteira e de turismo predatório; em áreas com domínio territorial de quadrilhas, milícias ou de tráfico de drogas; e no arco do desmatamento na Amazônia que envolve os estados do Acre, Amazonas, de Rondônia, Mato Grosso, do Pará, Tocantins e Maranhão.

De acordo com o estudo, a partir “do esquecimento e da omissão passa-se, de forma fácil, à condenação” o que representa “só um pequeno passo para a repressão e punição”. O autor do Mapa da Violência, Julio Jacobo Waiselfisz, explica que a transição da década de 1980 para a de 1990 causou mudanças no modelo de crescimento nacional, com uma descentralização econômica que não foi acompanhada pelo aparato estatal, especialmente o de segurança pública. O deslocamento dos interesses econômicos das grandes cidades para outros centros gerou a interiorização e a periferização da violência, áreas não preparadas para lidar com os problemas.

*“O malandro não é otário, não vai atacar um banco bem protegido, no centro da cidade. Ele vai aonde a segurança está atrasada e deficiente, gerando um novo desenho da violência. Não foi uma migração meramente física, mas de estruturas”, destacou Waiselfisz.*

Nos estados e capitais em que eram registrados os índices mais altos de homicídios, como em São Paulo e no Rio de Janeiro, houve redução significativa de casos, devido aos investimentos na área. São Paulo, atualmente, é a capital com a maior queda nos índices de homicídios de jovens nos últimos 15 anos (-86,3%). A Região Sudeste é a que tem o menor percentual de morte de jovens por causas não naturais e violentas (57%).



Em contraponto, Natal (RN), considerado um novo polo de violência, é a capital que registrou o maior crescimento de homicídios de pessoas entre 15 e 24 anos – 267,3%. A região com os piores índices é a Centro-Oeste, com 69,8% das pessoas nessa faixa etária mortas por homicídio. Além disso, São Paulo é a capital com a maior queda nos índices de homicídios de jovens nos últimos 15 anos, e não o estado.

Visando responder a esta realidade, tendo por objetivo de denunciar a situação e exigir rapidez nas ações por parte do Estado, as Pastorais da Juventude do Brasil (Pastoral da Juventude, Pastoral da Juventude Estudantil, Pastoral da Juventude do Meio Popular e a Pastoral da Juventude Rural) realizam, desde 2009, a “*Campanha Nacional Contra o Extermínio da Juventude*”. No 1º Seminário Nacional, os jovens afirmaram:

*“Reafirmamos nosso compromisso com a vida da juventude, assumindo o desafio de colaborar com a construção da cultura da paz e denunciando as estruturas sociais que geram morte e violência. Nos inspiramos na mística revolucionária dos mártires da América Latina e do mundo, renovamos o compromisso com a dignidade humana, fortalecemos a esperança de um outro mundo possível e afirmamos que toda a vida tem o mesmo valor”.*  
(Declara a Carta de Guararema, redigida pelas Pastorais da Juventude do Brasil, ao final do encontro.

Os jovens estão também no topo de mais uma triste estatística: são as principais vítimas de homofobia no Brasil. No Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, no ano de 2011, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), destaca que 47,1% das vítimas de homofobia no Brasil têm entre 15 e 29 anos de idade. Foram 6809 denúncias, mas sabemos que uma minoria dos casos de violência são notificados. Também neste caso de violência, 51,1% das vítimas são negras e 44,5% são brancas. A violência homofóbica é praticada, na maioria dos casos, por pessoas conhecidas da família (61,9%), como familiares e vizinhos, e a maior parte das violências (42%) ocorre dentro de casa. Violências nas ruas somam 30,8%.

Contemplando os dados apresentados, concluímos que a juventude é um dos grupos mais vulneráveis da sociedade brasileira. Ela é especialmente atingida pelas fragilidades do sistema educacional, pelas mudanças no mercado de trabalho e, ainda é o segmento etário mais destituído de apoio de redes de proteção social. Além dos problemas apresentados, podemos acrescentar o envolvimento com drogas, o aumento do consumo de bebidas alcoólicas, a banalização da sexualidade, a gravidez na adolescência, o aumento do número de portadores de HIV, especialmente nos adolescentes de sexo masculino, o limitado acesso às atividades esportivas, lúdicas, culturais e a exclusão digital.



Este quadro aponta a necessidade de promover mudanças profundas e estruturais no modelo de desenvolvimento econômico-social adotado no país, com reorientação de investimentos que garantam os direitos básicos da população, especialmente dos jovens, nas áreas da educação, no mundo do trabalho, na infraestrutura urbana, nas políticas de saúde, no acesso à cultura e ao lazer, possibilitando o acesso dos jovens a oportunidades de crescimento acadêmico e em sua formação humana.

É preciso garantir o acesso dos jovens aos direitos fundamentais e, para isso, a implementação das políticas públicas e as ações afirmativas destinadas à juventude tornam-se essenciais. Para que estas ações sejam implementadas, é fundamental que os jovens e suas organizações sejam ouvidos na formulação, discussão e avaliação. A parceria das organizações juvenis é imprescindível para os avanços e a juventude católica também pode e deve dar a sua colaboração para os avanços para uma vida digna aos jovens brasileiros.

**Para aprofundamento:**

FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium. Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual.* 2013.

BENTO XVI. *Carta Encíclica Deus caritas est.* 2005.

CELAM. *Documento de Aparecida.* 2007.

CNBB. *Evangelização da juventude: desafios e perspectivas pastorais.* (Documento 85). 2007.

CNBB. *Exigências evangélicas e éticas da superação da miséria e da fome.* 2002.

CNBB. *Texto-base da Campanha da Fraternidade 2013 – “Fraternidade e Juventude”.*

Sites pesquisados:

Pastoral da Juventude: <http://www.pj.org.br>

Mapa da Violência 2013: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-07-18/homicidios-de-jovens-crescem-3261-no-brasil-mostra-mapa-da-violencia>

Secretaria Nacional de Juventude: <http://www.juventude.gov.br>



(Ms. Pastoral Juvenil – UPS –Roma)

Subsídios de Formação

